

## **“PLANEJANDO O TERCEIRO MUNDO”: TRANSNACIONALIDADE E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS EM EXPERIÊNCIAS DE PLANEJAMENTO URBANO (BRASIL-ALEMANHA FEDERAL, DÉCADAS DE 1960-1970)**

“Planning the third world”: transnationality and circulation of ideas in urban planning experiences (Brazil–Federal Republic of Germany, 1967-1971)

**Danielle Heberle Viegas<sup>a</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0003-4299-822X>

E-mail: [dhviegas@gmail.com](mailto:dhviegas@gmail.com)

<sup>a</sup> Ludwig-Maximilians-Universität München, Centro de História Global, Munique, Baviera, Alemanha.

**DOSSIÊ**  
História urbana global

## RESUMO

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa que investigou a circulação de ideias sobre a temática do planejamento urbano na América Latina a partir de suas interseções com o circuito europeu no decorrer da década de 1970, tendo por base um estudo de caso entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (RFA). Reporta-se, especificamente, ao caso do Vale do Rio dos Sinos/RS, contemplando a escala transnacional de expertises mobilizadas pela literatura científica-acadêmica a partir da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre os países referidos. Questiona-se, prioritariamente, quais os conteúdos fundamentaram a elaboração do campo do urbanismo na região, promovendo avanços em relação ao estudo de outros aspectos correntemente investigados pela historiografia sobre o tema. As fontes de pesquisa incluem artigos publicados em periódicos, além de depoimentos orais realizados com alguns dos *experts* envolvidos no projeto. Argumenta-se que a circulação de ideias foi um ponto nevrálgico de um projeto federal de planejamento urbano voltado às políticas desenvolvimentistas, por parte do Estado brasileiro, bem como de demandas da ordem política internacional, ligadas à concepção do chamado "terceiro mundo" e da disciplinarização dos chamados espaços "subdesenvolvidos", por parte da RFA.

## PALAVRAS-CHAVE

Planejamento urbano. Relações Brasil-Alemanha. História Urbana.

## ABSTRACT

This paper communicates the results of a research that investigates the circulation of ideas on the theme of urban planning in Latin America based on its intersections with the European circuit during the 1970s, using a case study between Brazil and the Federal Republic of Germany (FRG). It specifically reports the case of Rio dos Sinos Valley, contemplating the transnational scale of expertise mobilized by scientific-academic literature after the signing of a Technical Cooperation Agreement between the referred countries. As a matter of priority, we investigated which contents were the basis for the elaboration of the urban planning in the region, promoting advances in relation to the study of other aspects currently investigated by historiography on the subject. Research sources include articles published in journals, as well as oral testimonies by some of the experts involved in the project. It is said that the circulation of ideas was a critical point of a federal urban planning project focused on developmental policies, on the part of the Brazilian State, as well as of demands of international political order, tied to the conception of the so-called "third world" and the disciplining of the so-called "underdeveloped" spaces by the RFG.

## KEYWORDS

Urban Planning; Brazil-Germany Relations. Urban History.

As regiões metropolitanas brasileiras foram oficializadas no ano de 1973 (BRASIL, 1973) tendo sido sua criação especialmente associada à instauração da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no país. Uma das principais estratégias de ação do Estado à época foi o incremento do campo do planejamento urbano por meio da promoção técnica e tecnológica atendida por meio da cooperação internacional na conjuntura da Guerra Fria. Com efeito, além de projetos territorialmente reconhecíveis realizados em escala global – como cidades–capitais erguidas sob o signo da monumentalidade modernista, como Chandigarh ou Brasília – existiram outros exemplos igualmente notáveis de como planejar espaços ordenadamente nas décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, os historiadores urbanos vêm reconstruindo confluências que remetem a experiências que conectam cidades em diferentes continentes na era pós-guerra mais por meio da história da ciência e da tecnologia e menos do ponto de vista estético e artístico (SINGH, 2020).

Os fluxos para além de fronteiras nacionais no campo do urbanismo têm uma longa história. Mas a Guerra Fria incorporou alguns novos recursos diretamente ligados ao contexto geopolítico. Os acordos em nível intercontinental para resolver os problemas vinculados à mobilidade urbana nos chamados países subdesenvolvidos foram um marco desse período.

Este é o caso do Vale do Rio dos Sinos, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), sul do Brasil. A localidade foi contemplada pelo Acordo de Cooperação Técnica (BRASIL, 30 jul. 1964) firmado entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (RFA). Foi assim que passou a fazer parte de uma rota internacional de *expertises* sobre planejamento, habitação e engenharia, com a crescente valorização de entidades de assistência ao desenvolvimento urbano<sup>1</sup> ligadas ao que se convencionou chamar de “planejamento do Terceiro Mundo” (HARDIMAN; MIDGLEY, 1982).

As conexões que buscam ser percebidas, longe de apontarem somente similaridades, dão a ver contradições e adaptações uma vez analisadas a partir de realidades locais e regionais (SERULNIKOV, 2020). No caso da América Latina, um mote especial de investigação tem sido como as políticas europeias de *soft power* e de expansão econômica confrontaram ou complementaram os projetos desenvolvimentistas latino-americanos, como aqueles que ocorreram no Brasil e na Argentina (CLÉMENT, 2020; VIANNA, 2016).

Todavia, considera-se o conceito de transnacionalidade (MIDDELL; ROURA i AULINAS, 2013) especialmente válido, ao denotar a configuração de uma terceira esfera, que assenta novos conhecimentos e relações a partir do encontro de duas realidades distintas, usualmente por atores não governamentais (EPPLÉ, 2012; ESPAGNE, 2013), embora ainda parcialmente vinculados à perspectiva dos Estados. A transnacionalidade, em outras palavras, passa a ser considerada como um tópico de pesquisa mais do que uma ferramenta, pois é construída junto com o próprio tema (KENNY; MADGIN, 2015, p. 9) No caso aqui considerado, trata-se de buscar compreender as *expertises* negociadas entre agentes unidos por meio de um acordo de cooperação, mas cuja esfera de atuação está longe de ser reduzida às posições

---

<sup>1</sup> Tais como a United States Agency for International Development (USAID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), no contexto geral, e a *Deutscher Entwicklungsdienst*, a *Deutsche Förderungsgesellschaft für Entwicklungsländer* e a *Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung*, no caso específico alemão.

do Brasil e da Alemanha na geopolítica global e pode ser notada a partir de um mundo "entre espaços" (RINKE, 2014).

Desta forma, este artigo foi concebido com o fito de identificar conteúdos valorados na elaboração do Plano do Vale do Rio do Sinos, enfatizando a escala transnacional de *expertises* compartilhadas. Questiona-se em que medida a circulação dessas *expertises* sobre o planejamento urbano no âmbito internacional sofreu assentamentos e rupturas quando associada ao contexto brasileiro, marcado pelo desenvolvimentismo autoritário, por um lado, e pela valorização da técnica e da internacionalização, por outro.

Oportunamente, define-se *expertise* como um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais potencializados pela posição dos técnicos que o possuem em uma determinada estrutura profissional (FREIDSON, 1998). O conceito é aqui indissociável da tecnopolítica que, na concepção de Hecht (2001) permite que decisões políticas, como as que pautam relações entre países, sejam tomadas mesmo em um ambiente que se supõe técnico, como o da esfera transnacional de cooperação durante a Guerra Fria.

Toma-se como base teórica primordial a história urbana global como um estudo do processo de organização e produção das cidades e regiões no espaço e no tempo, as abordando não como entidades fixas, mas nós de relacionamentos entre pessoas, espaços e os próprios métodos de pesquisa adotados (KENNY; MADGIN, 2015, p. 4), qual seja, como um campo de práticas (LEPETIT, 2001).

## **ENTRE ESCALAS E ESPAÇOS: PLANEJAMENTO URBANO E COOPERAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR**

Em 7 de outubro [...] foram embarcados pelo navio Souzon, os efeitos pessoais do Senhor Waldemar Wirsig. [...] O navio deve ter chegado ao porto de desembarque de Porto Alegre por volta do dia 30 de outubro (NOTA..., 1971b).

Ao revelar detalhes da chegada de um navio ao Rio Grande do Sul cuja origem foi a cidade de Bremen, na Alemanha, a citação supracitada poderia facilmente ser confundida em meio às narrativas que testemunham os fluxos imigratórios para o Estado no século XIX. Ocorre que os pertences do cidadão estrangeiro incluíam, além de objetos pessoais e alguma lembrança da terra natal, um automóvel da marca BMW 2002 e duas caixas de bagagem não acompanhada, com o peso aproximado de 1200 quilos. Isso porque o seu destino não era estabelecer-se em porções de terras a serem colonizadas no sul do Brasil: Wirsig, em realidade, era um economista contratado por tempo limitado que chegou ao país no início da década de 1970 para atuar em um projeto de planejamento urbano considerado estratégico pelo governo brasileiro, à época da ditadura civil-militar.

Sua trajetória somou-se a de outros engenheiros, arquitetos e economistas alemães que vieram ao Rio Grande do Sul compor uma equipe mista de trabalho, juntamente com brasileiros. Descortina-se, tão logo, que o trecho supracitado em destaque foi extraído de uma correspondência oficial enviada pela RFA ao governo do Brasil no ano de 1971 (NOTA, 1971b). O convênio foi um importante marco na

retomada de relações entre Brasil e Alemanha no pós-Guerra e abriu o caminho para a sanção de contratos futuros, incluindo o seu "irmão famoso", a saber, o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, datado de 1969 (BRASIL, 1969), que encaminhou o chamado "negócio do século".<sup>2</sup> Conforme Heide-Irene Schmidt, do ponto de vista de Washington, havia muitos incentivos para a Alemanha tornar-se particularmente ativa no domínio da ajuda ao desenvolvimento:

(I) a RFA tinha recuperado sua força econômica por meio de assistência econômica externa – portanto, tinha uma moral obrigação de participar na oferta de assistência externa para o Terceiro Mundo; (II) enquanto o Reino Unido e a França amarrado a sua ajuda aos seus antigos impérios, Alemanha poderia orientar a sua ajuda onde era mais necessário; (III) o estado insatisfatório de alemão rearmamento deve ser compensada por aumento do nível de assistência externa; (IV) um nível substancial de ajuda externa seria reciclar o câmbio alemão superávit para o benefício do sistema monetário internacional e da liquidez dos países como os Estados Unidos e o Reino Unido duramente pressionado (SCHMIDT, 2003, p. 482, tradução nossa).

Dois grandes projetos são decorrentes do convênio Brasil-Alemanha: a elaboração do Plano de Desenvolvimento Metropolitano de Porto Alegre, entre 1971 e 1978 e, antes disso, entre 1967-1971, o planejamento do Vale do Rio dos Sinos, caso que será especificado neste texto. Ambos os projetos resguardam traços em comum: marcam a institucionalização e profissionalização do planejamento urbano no Brasil e, por outro lado, sua aderência ao câmbio de influências tecnopolíticas que ocorria em nível global, em uma verdadeira cadeia de disseminação de ideias, práticas e modelos (FELDMAN, 2005, p. 277).

Foi durante as décadas de 1960 e 1970 que o planejamento urbano se tornou um tópico de atenção estatal no Brasil, sobretudo no sentido de sua adequação como alternativa à habitação e à industrialização, no lastro do *zoning*, aplicado desde 1940 e caracterizado como um "instrumento por excelência para adequar a ordem espacial à ordem produtiva industrial, e passa a constituir a base sobre a qual se estrutura o controle do crescimento urbano nos planos" (FELDMAN, 2012, p. 39). Por esse motivo, o período é conhecido pela historiografia como a "era de ouro do planejamento" (DÉAK, 1999). Villaça (1998), por exemplo, considera que entre 1965 e 1971 ocorreu o auge do que chamou do planejamento marcado pela figura do plano diretor compreensivo ou integrado, isto é, aquele que "compatibiliza os aspectos físico territoriais, econômicos, sociais e institucionais, além de integrar, verticalmente, os planos nos níveis local, estadual, regional e federal, enquanto prática oficial da administração pública" (FRANCISCONI, 1971, p. 12).

Os profissionais ligados a essa linha destacam-se por atuarem no ensino superior, na administração pública ou, ainda, em empresas de cunho privado eventualmente acionadas, como o caso aqui iluminado evidencia. Além disso, não são mais

---

<sup>2</sup> O termo foi criado pela própria imprensa alemã, em referência ao Acordo datado de 1975 travado entre Brasil e RFA sobre os usos pacíficos da energia nuclear.

somente arquitetos e urbanistas os profissionais envolvidos, mas também geógrafos, economistas e sociólogos que passam a compor as equipes de planejamento.

Objeto por excelência do planejamento urbano, o território nacional passou a ser alvo de uma sistemática organização em nível nacional e internacional. Órgãos, autarquias e Ministérios foram criados e/ou reorganizados para atender essas demandas, tais como: Ministério do Interior, Ministério do Planejamento, o Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo, Banco Nacional da Habitação e o Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais.

Em nível internacional, as práticas de assistência e/ou coligação diplomática passam a estar envoltas entre os elementos encarados como antídotos aos "males do subdesenvolvimento", inclusive em relação ao planejamento urbano. Variáveis como o nível de industrialização, grau de detenção de capital, qualidade de vida da população, potencialidade bélica, índice de desenvolvimento humano, entre outros critérios, foram adotados para definir o que é um "país desenvolvido" e outro "subdesenvolvido". Esses elementos influíram também no que seria definido como "Terceiro Mundo" expressão abordada publicamente pela primeira vez em 1955, durante a Conferência de Bandung, na Indonésia, em referência à situação de países adiante da divisão geopolítica mundial e da descolonização. Ruben Oliven (2010, p. 26) destaca o caráter etnocêntrico dessas categorias, visto que tal concepção pressupõe:

[...] a história como uma sucessão de estágios pelos quais todas as sociedades podem, mais cedo ou mais tarde, passar e postula que atributos e fatores culturais são responsáveis pelos atrasos e avanços na posição de sociedades neste continuum.

Ao passo que a ideia de transferência está ligada à prática de assistência, a de cooperação, pela qual foi substituída, fazia mais sentido no contexto global de alinhamento em blocos político-econômicos e regionalização. Tão logo, em 1959, a própria ONU substituiu o emprego oficial de um termo pelo outro (UNITED NATIONS, 1959). A noção ganhou importância institucional em 1974, quando foi lançada a proposta de "*cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD)*" ou "*cooperação horizontal*", em contraponto à "*cooperação Norte-Sul*" pela entidade. Tais modificações, embora significativas no plano discursivo, não excluíram o conceito de assimetria (VALENTE, 2010, p. 49) dessa ordem, que ganhou formas e assimilações conforme diferentes regiões onde projetos foram realizados.

## O PLANEJAMENTO DO VALE DO RIO DOS SINOS COMO UM CASO EXEMPLAR

Em 1973, a *Stadtbauwelt*, revista notória na Alemanha dentro do contexto de divulgação do planejamento urbano e regional, publicou um dossiê especial sobre "Planejamento Urbano no Terceiro Mundo" (ERNST; SCHAEDEER, 1973). A edição contém um artigo intitulado "Planejamento Regional nos Países em Desenvolvimento: relato sobre um Projeto Teuto-Brasileiro para a Região Metropolitana de Porto Alegre", escrito por Rainer Ernst e Wilhelm Schaeeder.

No texto, que inspira o título deste artigo, os técnicos esclareceram que o governo brasileiro se dirigiu ao governo alemão solicitando assistência para o planejamento

da Grande Porto Alegre, por volta de 1970. Um indício destoante surge a partir da informação de que, paralelamente, uma empresa de consultoria da Alemanha Federal havia se oferecido para participar do projeto caso fosse efetivado, visto que "desde 1967 vinha executando diversos serviços de consultoria de economia de água no sul do Brasil" (ERNST; SCHAEDER, 1973). Logo se descobre que a empresa se tratava da *Agrarund Hydrotechnik*, que havia realizado um estudo hidrológico na região do Vale do Rio dos Sinos e no Vale do Rio Caí,<sup>3</sup> em 1967. Os estudos envolveram instituições de ambos os países envolvidos, seja de natureza pública ou privada.

Atualmente, a chamada AHT GROUP AG associa, após uma série de novas renomeações ao longo de sua trajetória,<sup>4</sup> uma série de empresas cuja atuação é global, tão embora a sede principal permaneça na cidade de Essen, no Estado de *Nordrhein-Westfalen*. As origens da AHT remontam ao ano de 1960, quando foi fundada como um grupo de consultoria voltado à elaboração de serviços de engenharia. Ainda que as áreas de atuação do grupo estejam hoje estendidas à agricultura, ao meio ambiente, à governança, à administração e à economia, há forte identificação entre serviços e pareceres recentes com aqueles desenvolvidos ao longo de suas cinco décadas de atuação.<sup>5</sup>

O projeto de planejamento do Vale do Rio dos Sinos por parte da AHT gerou conjuntos documentais publicados, simultaneamente, nas línguas portuguesa e alemã, entre os anos 1969 e 1970. 1) Plano Diretor Hidrológico; 2) Plano de Proteção contra as Cheias; 3) Estudo Socioeconômico 4) Plano de Viabilidade Econômica.<sup>6</sup> Embora dois dos estudos em pauta sejam de natureza eminentemente técnica (Plano Diretor Hidrológico; Plano de Proteção contra as Cheias), as quatro obras resultantes do projeto são passíveis de ser interpretadas de forma correlata. Isso porque essas publicações foram concebidas a partir de uma noção conjunta de planejamento, voltada ao "desenvolvimento econômico e social do vale do Rio dos Sinos" por meio da apresentação de "sugestões para os setores da agropecuária, estrutura e planejamento diretor, indústria e infraestrutura" (PROJETO..., 1969a, p. 4).

Em outras palavras, não se tratava somente de promover o desenvolvimento em suas múltiplas esferas (populacional, territorial, econômica), mas de planejá-lo a partir de premissas específicas e integradas. Sem embargo, a associação de temas técnicos e socialmente aplicáveis foi umas das tônicas do que se convencionou chamar de planejamento urbano integrado, um dos modelos adotados por parte do Estado brasileiro na condução da problemática urbana na década de 1960. Nesses termos, os estudos foram criados respectivamente para apresentar diagnósticos e

---

<sup>3</sup> Embora se tenha conhecimento sobre a cooperação técnica alemã no Vale do Rio Caí, essa não está documentada e publicada, tal como as atividades do Vale do Rio dos Sinos.

<sup>4</sup> De acordo com o histórico obtido em uma das sedes da empresa, em 1994 a então conhecida *Agrarund Hydrotechnik GmbH* foi renomeada como AHT International GmbH. Uma década depois, no ano de 2003, passou a ser chamada de AHT GROUP AG, nomenclatura utilizada até a data de publicação deste texto.

<sup>5</sup> Segundo informações públicas divulgadas pelo grupo, tais companhias tem "a capacidade técnica e organizacional, bem como a base financeira necessária para elaborar projetos amplos e complexos" especialmente nas seguintes áreas: Abastecimento de Água, Saneamento e Gestão de Resíduos; Governança Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos e Irrigação (AHT, 2015), dado que evidencia uma continuidade quanto aos serviços prestados até a atualidade.

<sup>6</sup> Todos os tomos do Projeto foram consultados no acervo institucional da *Agrarund Hydrotechnik Ingenieur/AHT*, cuja sede fica na cidade de Essen/Alemanha.

evidenciar as vantagens decorrentes da proteção das áreas inundáveis descritas nos projetos técnicos.

A partir do encontro de publicações regionais e estrangeiras, diferenças e alinhamentos quanto ao papel do Vale do Rio dos Sinos surgem. Em estudo da Secretaria de Obras/SOP do Rio Grande do Sul, são reconhecidas duas grandes unidades: a) Porto Alegre: Canoas, Esteio, Alvorada, Cachoeirinha, Viamão, Gravataí e Guaíba. b) São Leopoldo-Novo Hamburgo: Estância Velha, Campo Bom e Sapiranga. (SECRETARIA, 1968, p. 17). Porto Alegre é destacada como um núcleo dominante, tendo em vista que possui maior capacidade de ser organizadora de espaço. Já Novo Hamburgo e São Leopoldo são cotados como pequenos campos de força, assim interpretado devido às baixas taxas de crescimento em termos populacionais, bem como algumas descontinuidades quanto ao nível de urbanização. Assim, vislumbra-se diferentes formas de interpretação acerca da centralidade que deveria ser adotada na RMPA, visto que São Leopoldo e Novo Hamburgo também detinham potencialidade econômica, exerciam a função de cidades-núcleo perante municípios vizinhos e, não obstante, um histórico de ocupação territorial e populacional diferenciado dentro da região considerada.

Segundo a lógica adotada, há plena associação entre a institucionalização dos processos de metropolização e o de industrialização. Esse critério está em conformidade da Constituição Federal de 1967, que em seu artigo 157 define previamente uma Região Metropolitana a partir de uma "comunidade socioeconômica, visando a realização de serviços de interesse comum", a despeito de vínculos políticos intermunicipais e/ou históricos. De acordo com o plano:

A zona industrial está localizada na área de irradiação econômica de Porto Alegre e nela constata-se as atividades demográficas e econômicas de toda região metropolitana. *Por essa razão esses municípios da zona industrial deverão, juntamente com Porto Alegre e alguns outros municípios, constituir a área da Grande Porto Alegre* (BRASIL, 1967, grifo nosso).

Doravante, o projeto da AHT não foi elaborado com vistas a suprir danos sociais historicamente causados pelas enchentes no Vale do Rio dos Sinos. Antes disso, serviu ao projeto nacional que associava a criação das zonas industriais a áreas metropolitanas junto às principais capitais do Brasil, harmonizando "os propósitos desenvolvimentistas das autoridades e órgãos governamentais brasileiros com as possibilidades reais" (PROJETO, 1969b, p. 2), conforme anunciado no próprio documento. Em outra passagem, lê-se que:

A proximidade de Porto Alegre, centro administrativo, de consumo e de comunicações, parece tornar viável uma ainda maior implantação industrial. Para tal, constitui-se em apreciável vantagem o abundante suprimento de água industrial, uma vez que o Rio dos Sinos em seu curso inferior, mesmo nos períodos de estiagem, apresenta volume suficiente de água, em vista do represamento causado pelo Rio Guaíba (PROJETO, 1969b, p. 18).

Isso implica admitir que o "Plano Diretor Hidrológico", formulado com o intuito de prevenir enchentes, encontrou sua meta final na rentabilidade econômica que o

aproveitamento técnico e racional da água causaria. Prova maior dessa perspectiva é o entendimento de que o "estudo socioeconômico" citado deveria preceder e guiar a execução do projeto de manutenção das águas na região, tendo em conta "uma sequência lógica, desde o aspecto regional até a verificação de viabilidade econômica" (PROJETO, 1969b, p.18) a ser respeitada.

Com efeito, o modelo de planejamento proposto estava alinhado com as políticas de desenvolvimento urbano preconizadas pelo governo brasileiro da época, que informavam que o "elo entre os planos de desenvolvimento locais integrados e o planejamento nacional seria feito através da definição de regiões-programas e dos polos de desenvolvimento" (BRASIL, 1965, p. 21-22).

Tal informação não só indica a incorporação das teorias sobre regionalização ao lado das de planejamento integrado local, mas também a presença do ideal de industrialização do Estado, visto que entre os critérios de definição quando ao desenvolvimento urbano estavam o potencial econômico de cada área, a compatibilidade econômica da região homogênea com as metas setoriais e o conhecimento da rede terciária urbana brasileira (BRASIL, 1965, p. 21-22). Desta forma, atendia ao Plano Nacional de Desenvolvimento/PND que informou, através de seu quadro de investimentos, que o desenvolvimento industrial era a prioridade do governo ditatorial (PDN, 1971, p. 11).

Nesse sentido, tratou-se de planejar territorialmente onde e como esse modelo de desenvolvimento estatal seria implantado, visto que a futura Região Metropolitana de Porto Alegre era anunciada pelos alemães como uma das mais novas áreas de concentração demográfica do Brasil e, também, a mais importante para o incremento econômico do Estado do Rio Grande do Sul. A preocupação com o tópico industrialização relaciona, até mesmo, as potencialidades apresentadas pela zona rural da RMPA visto que o aumento de produtividade no setor agrícola teria importância decisiva para um harmonioso processo de industrialização, cuja efetividade dependia de uma série de reformas.

Dentro da mesma lógica, é notável a pouca atenção dedicada à dimensão da habitação: seja para fins agrários ou industriais, as duas grandes zonas nas quais os projetos fornecem detalhes estão contempladas a partir de suas funções econômicas – e não sociais. Nesses termos, a menção à funcionalização da região em termos residenciais é secundária e delegada para as autoridades políticas, não sendo contemplada pelo projeto técnico:

Com o crescente povoamento da área, expandiram-se as áreas residenciais; especialmente a parcela populacional de menores recursos econômicos estabeleceu-se ao longo de vias existentes nas zonas planas. [...] A necessidade de prever áreas residenciais nos polders somente iria existir, caso as administrações municipais – que não subestimam o transporte profissional de operários, já pelos problemas de tráfego decorrentes do mesmo – forem obrigadas a manter tal solução (PDN, 1971, p. 35).

Conforme demonstrado na pesquisa de Miranda (2013) houve a elaboração de diversos planos urbanísticos destinados a área chamada de Várzea do Gravataí (confluência do Guaíba com o Rio Gravataí, na Zona Norte da Capital) no sentido de transformação daquela área em uma zona industrial, já a partir da década de 1930.

Em outro estudo (VIEGAS, 2011), enfatizou-se, no mesmo sentido, um projeto para a cidade de Canoas que sugeria a remoção dos dois principais "bairros-dormitórios" da cidade, atingidos por enchentes, cujas áreas seriam reaproveitadas para a instalação de indústrias.

A industrialização foi, portanto, um importante ponto de convergência entre os campos técnico-urbanístico e político-estatal, visto que o havia a tradição de um pensamento construído em prol da industrialização da área, bem como de sua funcionalização em termos de habitação (ALMEIDA; MOG, 2013). Casos notáveis, nesse sentido, são os municípios de Canoas e Novo Hamburgo, consagrados historicamente por perseguirem a alcunha de cidade-industrial, sendo que o primeiro desejava ser o maior reduto industrial do Rio Grande do Sul e segundo intitulava-se como a "Manchester brasileira" (SELBACH, 1999).

A reverberação de tópicos urbanísticos se faz presente, também, em trechos nos quais o higienismo é reparado como um tópico a ser atingido. A perspectiva de domínio total por parte dos planejadores do espaço, desconsiderando o quesito social enquanto uma variável ativa, é explícita em extratos em o zoneamento é sugerido sem qualquer consideração sobre a demanda habitacional:

[...] as instalações industriais estão penetrando nas ali existentes áreas residenciais; essa tendência não é desejável, o que vem a exigir um urgente planejamento ordenador do espaço físico. Parece racional prever no zoneamento de uso dos polders, áreas industriais para as unidades de produção, que, de qualquer forma, penetram na região do curso inferior do Rio dos Sinos, de maneira a ser evitada a interpenetração de áreas industriais e residenciais, prejudicial sob ponto de vista da higiene urbana (PROJETO, 1969a, p. 23).

A análise da documentação trocada entre dirigentes do Brasil e da Alemanha a partir de 1970 indica que, após finalização do estudo técnico elaborado pela AHT, iniciaram-se contatos no sentido de como o projeto poderia ser aproveitado para a execução de obras por parte do poder público na região. Em carta endereçada ao cônsul-geral da RFA, datada de 1º de julho de 1970, o então governador do Rio Grande do Sul, Walter Peracchi Barcellos, solicitava apoio financeiro para a construção dos diques sugeridos, com base no projeto elaborado pelos alemães. Lê-se na correspondência:

[...] o grupo de peritos alemães da Agrar e da Hydro GmbH elaborou que o projeto para o desenvolvimento global da Rio-dos-Vale dos Sinos o e chegou à conclusão de que um dique de proteção para evitar inundações de Canoas deve ser construído para Novo Hamburgo, em complemento do dique existente de Porto Alegre até Canoas. É uma construção de fundamental importância econômica para as mais ricas áreas da indústria de nosso estado [...] (NOTA ,. 1971a).

A carta, extraída de um conjunto documental mais amplo,<sup>7</sup> revela detalhes financeiros que envolveram a operação, informa ainda que a ajuda financeira para a realização da obra por parte do governo alemão, estimada em DM 74 milhões ou U\$ 20.041.000, seria a realização final de um projeto coordenado pela SOP/RS. Em relatório enviado para a Agência Nacional para Ajuda ao Desenvolvimento, em 23 de julho do mesmo ano, a embaixada alemã no Rio de Janeiro informou que um pedido oficial do Ministério das Relações Exteriores brasileiro sobre a assistência capital de concessão ainda não havia sido emitido (RELATÓRIO, 1971a). Posteriormente, noticiou-se que em outubro de 1970 foi embarcada uma remessa para o projeto acima referido que incluía 51 caixas com livros científicos cuja finalidade era auxiliar no projeto do Vale do Rio dos Sinos. (NOTA...,1970).

Já em 1971, o Ministério da Economia alemão fez referência a dois projetos brasileiros a serem financiados pela RFA: a) medidas de controle de inundações no Rio dos Sinos; b) guindastes para seis portos brasileiros. Tais projetos haviam sido pauta recente de uma delegação enviada pelo governo do Brasil, chefiada pelo secretário de Estado Costa, do Departamento de Política de Comércio Itamaraty para uma conversa sobre assistência. Tão embora o valor total de tais investimentos fosse maior, a autorização orçamental para 1971 por parte da Alemanha foi de DM 40 milhões.

Essas correspondências reafirmam o planejamento urbano em função de critérios econômicos e geração de zonas industriais. Conforme o relatório datado de agosto de 1970, elaborada pela Agência Federal de ajuda ao Desenvolvimento:

Verificou-se que existem possibilidades técnicas para criar seis pôlderes de proteção contra inundações no Vale do Rio. No entanto, no que diz respeito à economia, tendo em conta a complexidade dos custos de construção podem ser apenas os pôlderes I e II. [...] para os pôlderes IV e V, que sejam apresentadas mais de razões de planeamento sociais e espaciais em termos de potenciais usos potenciais econômicos, os trabalhos de construção devem centrar-se essencialmente (RELATÓRIO, 1971, p. 4).

Em 1972, as negociações avançaram e houve a previsão da materialização de quatro dos seis pôlderes previstos pelo projeto da AHT, tendo em conta o "planejamento global" da região. Já em 1976, o projeto de proteção contra os diques no Vale do Rio dos Sinos é citado, bem como as obras em Canoas e Porto Alegre, no Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales (RELATÓRIO..., 1971b). Sua singularidade pode ser reparada no fato de o projeto ser o único citado em toda a Região Sul, em meio a predominante realização de obras no Norte e no Nordeste no Brasil.

O critério social acerca da proteção das áreas atingidas pelas cheias foi parcialmente reconhecido pouco tempo antes, em 1974, quando a recuperação de uma área residencial localizada em São Leopoldo atingida por cheias foi colocada em pauta, visto que "a realocação não é possível por causa das condições geográficas particulares na Grande Porto Alegre. Essas pessoas, quase todos os trabalhadores,

---

<sup>7</sup> Existe um fundo que contém somente a documentação financeira relativa ao projeto no Vale do Rio dos Sinos. Archivnumber 25190. Bestandssignatur B213. (Acervo Bundesarchiv, Koblenz).

seriam removidas para muito longe de seus postos de trabalho". Não obstante, a *Kreditanstalt für Wiederaufbau/KfW* concluiu que:

O impacto socioeconômico do projeto será positivo devido aos efeitos distributivos associados, a esperada melhoria na situação de saúde e nas condições de vida e a prevenção de danos ambientais, proteção da planície de inundação a ser feita por meio de barreiras ou próximo ao centro da cidade por uma muralha de proteção contra inundações (RELATÓRIO, 1971a, p. 5).

Além da AHT, existiu a *Deutsche Projekt Union GmbH.*, empresa à qual é creditada a elaboração de uma série de obras no Vale do Rio dos Sinos, como obras das casas de bomba e modelo dos pôlderes (REIS, 1976, p. 70–71). A chamada DpU foi uma peça-chave na primeira fase de implantação da RMPA. Embora técnicos envolvidos no projeto declarem que a DpU está atualmente extinta, há registros de que a empresa ainda está ativa, sob a nomenclatura de *Deutsche Projekt Union Planer-Ingenieure*, indicando sua relação permanente com grandes projetos de engenharia civil. A sede da firma localiza-se em Essen, sendo uma empresa coirmã da AHT. Mas, diferente da *Agrarund Hydrotechnik*, a DpU era uma empresa de direitos privados de cunho público, configurando-se como a "empresa oficial" de execução de obras do governo alemão em países estrangeiros. Rainer Ernst, famoso arquiteto urbanista alemão envolvido no projeto, comenta sobre essa relação declarando que:

foi através de um fato estranho, pois uma companhia [a DpU] ligada a uma grande empresa de ferro na Alemanha estava no centro de negócios internacionais e eram envolvidos no projeto do Rio dos Sinos, no regulamento do rio. Eles chegaram no momento que se percebia a necessidade de criar alguns diques entre Porto Alegre e região, para a proteção do terreno. Teve uma consequência de infraestrutura devido à expansão urbanística de Porto Alegre, então surgiu esta ideia para regular isso com o planejamento, paralelamente com a ideia de criar regiões metropolitanas em todo o Brasil (ERNST, 2015).

A menção quanto a acentuada interdependência de fatores hidrológicos, técnicos e socioeconômicos dos projetos da AHT e DpU provém da concepção global de planejamento em voga na época, sobretudo nas relações de cooperação entre o Norte–Sul global. Algumas fontes sustentam essa perspectiva. É o caso da obra intitulada *Regionale Entwicklungsplanung in Südbrasilien: Am Beispiel des Rio dos Sinos-Gebietes* (LAUFFS, 1972).<sup>8</sup> Foi publicada logo após a elaboração do projeto, em 1972, pela editora Schöningh, sediada na cidade de Paderborn. O autor é Hans-Winfried Lauffs, conhecido por seu trabalho no âmbito da corporação internacional ao longo de décadas. Uma edição da famosa Revista alemã *Der Spiegel*, datada de fevereiro de 1970, cita o autor a partir de sua atuação na região do Ruhr, na Alemanha.

---

<sup>8</sup> Em português: Planejamento do desenvolvimento regional no Sul do Brasil: o exemplo da área do Rio dos Sinos. Tradução livre.

Há uma menção à perspectiva relacional entre projetos desenvolvidos em ambos os países e ao aspecto do zoneamento, conforme lê-se:

Hans, que escreveu sua tese de doutorado sobre as intervenções estruturais na selva brasileira, e agora atua como um alto-falante no assentamento Ruhrkohlenbezirk, em 1969 trouxe o padrão de trabalho "complexo industrial de Ruhr" fora, qualquer pessoa interessada as instruções detalhadas sobre a terra livre, hidrovias e estradas, ligações ferroviárias, gás e abastecimento de água à esquerda. Em uma série de mapas em grande escala, Laufs sentiu todo o espaço comercial utilizado e não utilizado em qualquer lugar (DER SPIEGEL, 1970).

Outra publicação foi assinada por Reinhold Lücker e Arno Dicker. Chama-se, em tradução livre, "O desenvolvimento rural na borda da área de compactação Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul". Compõe uma coletânea de estudos dedicada à América Latina, organizada pelo Instituto Latino-Americano de Geografia de Pesquisa, da Universidade de Tübingen (DICKER; LÜCKER, 1987). Gerd Kohlhepp, que prefaciou a obra, afirma que os trabalhos compreendidos a partir da perspectiva das diferenciações regionais serviam às "conclusões sobre as condições políticas e socioeconômicas, além de seus contextos espaciais naturais" (DICKER; LÜCKER, 1987, p. 6) deixando clara a tônica do projeto.

O tema do artigo é a relação entre o desenvolvimento rural e a expansão industrial a partir de um estudo de caso no Vale do Rio dos Sinos, especificamente na cidade de Dois Irmãos. O texto é de importância sumária, pois situa a referida cidade junto a um grupo de análise focada em locais como a Amazônia, o oeste paranaense, o Distrito Federal, além do Rio de Janeiro.

O enfoque transversal entre essas localidades distintas é o "desenvolvimento regional no terceiro mundo" (DICKER; LÜCKER, 1987, p. 8). Nesses termos, a base teórica preconizada vai tanto ao encontro da ideia de planejamento integrado quanto da regionalização, pois levava em conta a dimensão do território a partir de prerrogativas relacionais. A América Latina é situada enquanto *locus* privilegiado de pesquisa, a partir de uma compreensão de diferenças regionais em escala global:

Esta compreensão da diferenciação regional aprofundou modelos como "a América Latina como um continente cultural" ou "identidade latino-americana" e leva a análise do impacto espacial do comportamento em pessoas de diferentes dimensões espaciais ou escala (DICKER; LÜCKER, 1987, p. 8).

O artigo inclui farto material estatístico, além de ter sido construído a partir de dois estudos de caso sobre trabalhadores rurais, expondo tanto o lado qualitativo quanto o quantitativo da pesquisa. Apresentam um "conceito de desenvolvimento rural" para a Prefeitura de Dois Irmãos/RS que inclui, entre as sugestões pautadas, a ideia de otimizar o uso da produção agrícola mantendo a estrutura familiar, valendo-se de sistemas operacionais ecologicamente adaptados. Tendo em conta o contexto das migrações da então região metropolitana, indicam a "integração de funções agrícolas, industriais e de serviços, a fim de evitar a fuga de cérebros" (DICKER; LÜCKER, 1987, p. 8).

O estudo delinea, portanto, importantes tópicos a serem considerados na elaboração conceitual da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, tais como meio ambiente e uso de novas tecnologias. Enquanto principal diferencial, está a sugestão do desenvolvimento rural em integração com a crescente industrialização da área, respeitando substratos históricos ligados à colonização, muitas vezes mencionados no artigo.

Reforçando a relação existente entre os campos acadêmico e político, os autores pontuam que o município não é financeira e tecnicamente independente e "necessita de fundos federais" e que "seria um bom ponto para projetos no âmbito da Cooperação Técnica", deixando claro a inserção do projeto no contexto de relações entre Brasil e Alemanha.

Essas duas obras são indicativas da dimensão de circulação de *expertises* acerca dos projetos técnicos realizados no exterior, principalmente no que tange à amplitude e complexidade que um acordo dessa natureza mobilizava. Nesse sentido, a atuação de empresas como a AHT e a DpU não pode estar dissociada do conjunto de *expertises* que sustentavam as ações das empresas, bem como da ossatura institucional na qual estão envolvidas.

As empresas estrangeiras não atuaram, afinal, sem a colaboração de inúmeras entidades nacionais e transnacionais. Mas os vínculos entre vão além disso e envolvem também compartilhamento de instituições e até mesmo profissionais, posteriormente contratos visto a sua experiência na região. Este foi o caso do modelo adotado para contenção de cheias, já durante o planejamento urbano da RMPA. A problemática assolava, constantemente, a cidade de Canoas. Segundo Isaac Zilberman, o modelo adotado no Brasil foi proveniente daquele utilizado junto ao Rio Neckar, um dos principais afluentes do Rio Reno (Ruhr), na Alemanha. O engenheiro, que também é um dos poucos urbanistas formados em nível de graduação no Rio Grande do Sul, realizou estágio junto ao *Institut für Siedlungswasserwirtschaft*, sob orientação de Hermann Hahn, entre 1973 e 1974. Ele revela detalhes sobre a questão, importantes sob o ponto de vista de troca de conhecimentos e práticas entre os países envolvidos:

Aplicaram o modelo do Rio Neckar ao Gravataí com todas as adaptações. Olhando após, não reconhece. À época os computadores eram de cartão, rodavam na central e no dia seguinte te devolviam. Mexia-se em alguma variável e assim por diante. [...] Lá na Alemanha eles não tinham conhecimento da barragem hídrica. O Jacuí subia e a água do rio formava uma barragem para o Gravataí, que ficava preso até chegar em uma altura e inundava, pois a água voltava. Lá eles não conheciam e, aqui, só no Rio de Janeiro se conseguiu decodificar. Hoje é comum, mas na época foi uma descoberta [...] (ZILBERMAN, 2015).

Na mesma direção, é válido registrar que o III Seminário sobre a Política de Desenvolvimento Urbano contou, por exemplo, com a consultoria da Systemplan, empresa de Heidelberg (VERRI, 2014, p. 222), para a instituição do Sistema de Desenvolvimento Regional e Urbano, o que é confirmado pela existência de relatórios completos produzidos pela empresa sob guarda da Karlsruhe Universität, referentes à análise de novos conceitos de urbanismo e ordenamento do território nos países em desenvolvimento (RELATÓRIO, 1973, 1974).

As redes desveladas colocaram a região do Vale do Rio dos Sinos em uma rota de circulação de *expertises* sobre planejamento urbano entre Europa e América Latina durante as décadas de 1960–1970. Isso porque pressupõem um substrato administrativo para o planejamento da região, a inseriram em um processo de urbanização no qual algumas de suas cidades possuíam papel decisivo e, sobretudo, perceberam a metropolização enquanto processo histórico global e político.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o caso relatado em mente, acredita-se ter ilustrado que durante a Guerra Fria a agenda urbana internacional foi construída de acordo com um quadro conceitual e institucional, no qual o conceito de transferência tornou-se central. Nesse contexto, há um argumento bem estabelecido na literatura que diz que o *soft power* constituiu o cerne da cooperação internacional durante a Guerra Fria e exigiu a formação de especialistas fora das fronteiras do "Primeiro Mundo", favorecendo o caminho para a atuação de empresas públicas e privadas no exterior, como, por exemplo, o caso da AHT e da DpU.

A circulação de *expertises* sobre planejamento urbano foi promovida sob supostas desigualdades sociais, como revelam os títulos de alguns trabalhos publicados: "Promoção das Cidades Secundárias: Uma Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento" (DREWSKI; KUNZMANN; PLATZ, 1991), "As dimensões sociais do desenvolvimento: social política e planejamento no Terceiro Mundo" (HARDIMAN; MIDGLEY, 1982) e "The Transfer of development experience" (MASSER, 1985). Essas obras revelam a própria natureza dessas desigualdades; eles expressaram uma espécie de hierarquia entre espaços globais. O mesmo poderia ser argumentado sobre o conteúdo dos livros que sustentavam a importância das cidades de subúrbio para a urbanização periférica na América Latina. Isso significou uma revisão das concepções modernistas sobre a setorização das cidades de acordo com suas funções em um grande sistema urbano.

Os vínculos das noções de desenvolvimento e planejamento estiveram relacionados à indução econômica dos territórios, se fizeram presente na divisão geopolítica mundial, na internacionalização de empresas e, no que diz mais respeito ao caso aqui contemplado, como uma prerrogativa para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e RFA em 1963 e sua promulgação, em 1964.

Todavia, do ponto de vista da história global e, sobretudo, transnacional, torna-se visível o importante papel da circulação de ideias entre instituições e atores não governamentais, como as trajetórias dos *experts* aqui mencionados ilustram. Isso porque, para além do acordo político e da atuação das empresas privadas, houve o estabelecimento de uma arena intelectual que possibilitou a disseminação e a adaptação de papéis previamente estabelecidos, abrindo um espaço de flexibilização das variáveis normativas do encontro de campos considerados a partir da circulação de *expertises*. Com efeito, os técnicos produziram diagnósticos que contemplavam questões sociais tocantes ao Vale do Rio dos Sinos. Mas o Estado brasileiro valeu-se, notoriamente, apenas das proposições espelhadas no projeto desenvolvimentista nacional (à exemplo da execução dos distritos industriais). Desta forma, o mesmo Estado que promovia a precariedade do meio urbano, pela priorização da esfera

econômica em suas políticas urbanas e territoriais, buscava amenizá-las a partir de políticas compensatórias, sendo a cooperação técnica internacional uma delas.

As obras e projetos aqui analisados são significativas no sentido das trocas efetivadas – e, principalmente, que é possível falar em termos de circulação de *expertises* e não somente influências. Isso pode ser parcialmente contemplado quanto às teorizações sobre o fenômeno metropolitano que, em nível geral na Europa, foram marcadas primeiro por matrizes estéticas ainda no século XX (promoção de cidades-jardins periféricas) e, após os dois grandes conflitos mundiais, por elementos funcionais (reconstrução de habitações). Ambos os componentes trouxeram avanços ao planejamento da Vale do Rio dos Sinos, que lançou luz sobre o problema habitacional e o meio ambiente e, sequencialmente, prestou-se de modelo para o lançamento do Plano de Desenvolvimento Metropolitano, que envolveu as bases da Região Metropolitana de Porto Alegre.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Soares de; MOG, William. A Imagem do Ambiente Habitacional Dos Anos 1970: A Região Metropolitana De Porto Alegre: "O Caso Da Morada Do Vale I". *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR: DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA*, 15, 2013, Recife. *Anais do XV ENANPUR*. Recife: Anpur, p. 1-19, 2013.

BRASIL. *Constituição de 1967*. Artigo 157, § 10. A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade socioeconômica, visando à realização de serviços de interesse comum. 24 jan. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 65.160, de 15 de setembro de 1969*. Promulga o Acordo Geral de Cooperação nos setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, firmado com a República Federal da Alemanha. 15 set. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65160-15-setembro-1969-406423-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 54.075, de 30 de julho de 1964*. Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica com a República Federal da Alemanha. 30 jul. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54075-30-julho-1964-394123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. *Desenvolvimento Urbano no Brasil*. Bases para a formulação de uma política nacional de desenvolvimento urbano e para a implantação de um Sistema Nacional para o Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado. Brasília: BNH/EPEA, 1965.

BRASIL. *Lei complementar n.º 14, de 8 de junho de 1973*. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. 8 jun. 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm). Acesso em: 18 jan 2021.

CLÉMENT, Orillard. Entre influencia francesa y desarrollismo latinoamericano: el "urbanismo geopolítico" de los años sesenta y setenta. *Iberoamericana*, Berlim, v. 20, n. 74, p. 57-81, 2020.

CONRAD, Sebastian; ECKERT, Andreas. Globalgeschichte, Globalisierung, multiple Modernen: Zur Geschichtsschreibung der modernen Welt. In: CONRAD, Sebastian (org.). *Globalgeschichte: Theorien, Ansätze, Themen*. Frankfurt3: Campus-Verl., 2007. p. 7-51.

DÉAK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 1999. p. 9-18.

DER SPIEGEL. Bierdeckel für Wanne. *Der Spiegel*. 20 fev. 1970. Disponível em: <http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-45202805.html>. Acesso em 22 de outubro de 2015.

DICKER, Arno; LÜCKER, Reinhold. *Entwicklung am Rande des Rio dos Sinos Tals- Tübinger Beiträge zur geographischen Lateinamerika-Forschung*. Tübingen/Alemanha: Geographisches Institut der Universität Tübingen, 1987.

DREWSKI, Lutz; KUNZMANN, Klaus; PLATZ; Holger. *Promotion of secondary cities: a strategy for development cooperation*. Eschborn: GTZ, 1991.

EPPLE, Angelika. The global, the transnational and the subaltern: The limits of history beyond the national paradigm. In: AMELINA, A.; NERGIZ, D. D.; FAIST, T.; SCHILLER, N. G. (org.). *Beyond methodological nationalism: research methodologies for cross-border studies*. New York: Routledge, 2012. p. 155-175.

ERNST, Rainer. [Depoimento]. Entrevistadora: Danielle Heberle Viegas. Berlim, Alemanha: residência do entrevistado. Arquivo digital (2h20 min). 03 jul. 2015.

ERNST, Rainer; SCHAEDEER, Wilhelm F. Regionalplanung in Entwicklungsländern – Bericht über den Großraum Porto Alegre. *Stadtbauwelt*, v. 48., n. 64, 1973.

ESPAGNE, Michel. Comparison and transfer: a question of method. In: MIDDELL, M.; ROURA I AULINAS, Lluís (org.). *Transnational challenges to national history writing*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 36–53.

FELDMAN, Sarah. As Comissões de Planos da Era Vargas. In: REZENDE, Vera (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Editora da EDUFF, 2012. p. 21-44. v. 1.

FELDMAN, Sarah. O Arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/ órgãos de planejamento/empresas de engenharia consultiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11, 2005, Salvador. *Anais do XI Encontro Nacional da Anpur: Planejamento, Soberania, Solidariedade*. Salvador: Anpur, p. 01-16. 2005.

FRANCISCONI, Jorge. *Noções sobre planejamento municipal integrado*. Porto Alegre: CEPA, 1971.

FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Edusp, 1998.

HARDIMAN, Margaret; MIDGLEY, James. *The social dimensions of development: social policy and planning in the Third World*. Chichester: J. Wiley & Sons, 1982.

HECHT, Gabrielle. Technology, Politics, and National Identity in France. In: HECHT, Gabrielle; ALLEN, Michael Thad (org.). *Technologies of Power: essays in Honor of Thomas Parke Hughes and Agatha Chipley Hughes*. Cambridge: MIT, 2001. p. 253-293.

JACOB, Gerhard. A Cooperação em ciência e tecnologia entre o Brasil e a Alemanha. In: BAETA NEVES, C.E.; SOBOTTKA, E.A. (ed.). *Sociologia, Pesquisa e Cooperação*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2003. p. 55-78.

KENNY, Nicolas; MADGIN, Rebecca (ed.). *Cities beyond borders: comparative and transnational approaches to urban history*. London: Routledge, 2015.

LAUFFS, Hans-Winfried. *Regionale Entwicklungsplanung in Südbrasilien: Am Beispiel des Rio dos Sinos-Gebietes*. Paderborn: Schöningh, 1972.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova História Urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MASSER, Ian. The Transfer of development experience: a review. *Third World Planning Review*, Liverpool, v. 7, n. 1, p. 72--79, 1985.

MIDDELL, Matthias; ROURA I AULINAS, Lluís. The various forms of transcending the horizon of national history writing. In: MIDDELL, M.; ROURA I AULINAS, Lluís

(org.). *Transnational challenges to national history writing*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 1-7.

MIRANDA, Adriana Eckert. *Planos e Projetos de Expansão Urbana Industriais e Operários em Porto Alegre (1935--1961)*. 2013. 372 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

NOTA...Nota-verbal. Ref. WI III B4 87.43/615/70 de 01 de dezembro de 1970. (Acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília). 01 dez. 1970.

NOTA...Nota-verbal. Ref. WI III B4 -87.50/38/71, de 1 de julho de 1971. (Acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília). 1 jul. 1971a.

NOTA...Nota-verbal. Ref. WI III B4-87.50/626/71, de 1 de dezembro de 1971. (Acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília). 1 dez. 1971b.

OLIVEN, Ruben. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

OLSTEIN, Diego. *Thinking history globally*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2015.

PLANO...Plano de Desenvolvimento Nacional. Quadro li. Programa De de Investimentos 1972--/1974. Cr\$ milhões 30.400 para o desenvolvimento industrial: 31.200 para educação, 24.400 para energia, 20.100 para transportes. Habitação 17.5000. In: PDN, *Revolução Social e Humana*: Exposição do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral João Paulo dos Reis Velloso. 13 out. 1971.

PROJETO...Brasilien. KH und TH Projekte. Zwischenarchiv 103616. Ref. 300/444/445.25-36 BRA. (Acervo Auswärtiges Amt, Berlin).

PROJETO...Bundesstelle für Entwicklungshilfe. Regionalplanung Großraum Porto Alegre: Bericht der Vormission. DpU GmbH in Zusammenarbeit mit Deutsche EisenBahn Consulting GmbH. (Acervo AHT Bibliothek, Essen), 1969a.

PROJETO...Rio dos Sinos: wasserwirtschaftliche Planung. Teil I. Sozio-Ökonomische Studie. Aufgestellt im Auftrag der Bundesrepublik Deutschland. AHT GmbH. (Acervo AHT Bibliothek, Essen). 1969b.

PROJETO...Rio dos Sinos: wasserwirtschaftliche Planung. Teil I. Sozio-Ökonomische Studie. Aufgestellt im Auftrag der Bundesrepublik Deutschland. AHT GmbH. (Acervo AHT Bibliothek, Essen), 1969c.

REIS, Maurício Rangel. *Ação do Ministério do Interior*. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra. Brasília: IBGE, 1976.

RELATÓRIO...Kredit für wiederaufbau. Frankfurt am Main. Archivnummer 25257. Ref. IB/5 – T 2032 BRAS – 103/71. (Acervo Bundesarchiv, Koblenz), 23 jul. 1971a.

RELATÓRIO...Relatório B/5 - 2032 - 103. Technische Hilfe für Brasilien. Bonn, 12.2.1971. (Acervo Bundesarchiv, Koblenz), 12 fev. 1971b.

RELATÓRIO...Systemplan. Regionalplanung in Entwicklungsländern. Anforderungen am einem neuen Typ von Projekten der Technischen Hilfe - dargestellt im Rahmen einer Wirkungsbeobachtung der Regionalplanung für den Großraum Porto Alegre/ Brasilien. (Acervo Karlsruher Institut für Technologie, Karlsruhe). Dezdez. 1974.

RELATÓRIO...Systemplan. Systemanalyse neuer Stadtbaukonzepte. Anshcnitt II. Heidelberg: Institut für Umweltforschung und Entwicklungsplanung. (Acervo Karlsruher Institut für Technologie, Karlsruhe), nov. 1973.

RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 299--316, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459702014000100299](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702014000100299) \ lng= en\ nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2020.

SCHMIDT, Heide Irene. Pushed to the Front: The Foreign Assistance Policy of the Federal Republic of Germany, 1958-1971. *Contemporary European History*, Cambridge, v. 12, n. 4, p. 473–507, 2003.

SECRETARIA DE OBRAS DO RIO GRANDE DO SUL. Delimitação da área Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: Departamento de Planejamento Regional e Urbano, 1968.

SELBACH, Jeferson Francisco. *Novo Hamburgo 1927-1997: os espaços de sociabilidade na gangorra da Modernidade*. 1999. 370 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

SERULNIKOV, Sergio. El secreto del mundo: sobre historias globales y locales en America Latina. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 147-184, 2020.

SINGH, Dhan Zunino. La movilidad trasatlántica de las tecnologías de transporte: la americanización del sistema subterráneo (Boston, 1897 y Buenos Aires, 1913). *Iberoamericana*, Berlim, v. 20, n. 74, p. 13-33, 2020.

UNITED NATIONS. Resolução nº. 1383, de 20 de novembro de 1959. Expanded Programme of Technical Assistance Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/665238?ln=es>. Acesso em: 18 jan. 2021.



VALENTE, Renata Curcio. *A GTZ no Brasil: uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2010.

VERRI, Fernanda. *O planejamento urbano integrado e a atuação do SERFHAU no Rio Grande do Sul (1964-1975)*. 2014. 286 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

VIANNA, Marcelo. *Entre burocratas e especialistas: a formação do campo da Informática no Brasil (1958-1979)*. 2016. 559 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

VIEGAS, Danielle Heberle. *Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959)*. 2011. 182 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

ZILBERMAN, Isaac. [Depoimento]. Entrevistadora: Danielle Heberle Viegas. Porto Alegre, Brasil: residência do entrevistado. Arquivo digital (1h38 min). 03 dez. 2015.

## NOTAS D AUTOR

---

### AUTORIA

**Danielle Heberle Viegas:** Doutora. Pós-Doutoranda, Ludwig-Maximilians-Universität München, Centro de História Global, Munique, Baviera, Alemanha.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Caramuru, 21, 602, 92010-160, Canoas, RS, Brasil.

### AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Arq. Rainer Ernst (*in memoriam*), pelo depoimento e indicação de documentos e obras fundamentais para a pesquisa.

### FINANCIAMENTO

A pesquisa que originou o artigo foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa CAPES-Probral.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

### LICENÇA DE USO

© Direitos autorais de Danielle Heberle Viegas. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



## **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITORES**

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)  
Rodrigo Bragio Bonaldo

## **HISTÓRICO**

Recebido em: 2 de julho de 2020

Aprovado em: 13 de dezembro de 2020

Como citar: VIEGAS, Danielle Heberle. "Planejando o terceiro mundo": transnacionalidade e circulação de ideias em experiências de planejamento urbano (Brasil-Alemanha Federal, décadas de 1960-1970). *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 93-114, jan./abr. 2021.

